

a folha

BOLETIM DE INFORMAÇÃO
DOS TRADUTORES PORTUGUESES DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

Nº 15 - Primavera de 1998

sumário

ANNEMARIE

Luís Filipe P. Lopes Sabino Pág. 2

EM JEITO DE RESPOSTA

Jorge Madeira Mendes Pág. 4

VER E REVER (8): MÉTIS OU VÉCTIS?

Miguel Magalhães Pág. 6

NOMES DOS PAÍSES... OUTRA VEZ!

Paulo Correia Pág. 8

CIBERDÚVIDAS

Isabel Almeida Pág. 10

PRIMADO DA COERÊNCIA

Jorge Madeira Mendes Pág. 14

PROCURA-SE TRADUÇÃO

Susana Gonçalves Pág. 17

EURODICAUTOM: ESTATÍSTICAS 1997

Susana Gonçalves Pág. 18

BASE COMUM MULTITERM

Grupo de Terminologia do Sdt-Bruxelas Pág. 19

ANNEMARIE

Luís Filipe P Lopes Sabino
Estrutura Organizativa Comum CES-CR

Como se sabe, o mecanismo de contaminação não é exclusivo das coisas e coisas do ambiente - as línguas padecem também da mesma maleita: daí não tem vindo grande mal ao mundo, nem é por isso que os esquilos deixaram de cirandar pelo jardim - topo, aliás, agora um, ou uma (esta é para manter a igualdade de tratamento entre o masculino e o feminino ...) que, trepando pelo tronco da árvore, decidiu ocultar-se nas ramagens, contemplando o firmamento de cinza que Deus, com a magnanimidade que lhe é reconhecida, dispersou há muito pelo reino da Bélgica.

Voltando, no entanto, à vaca-fria, que na gíria moderna seria louca e não fria, pois que convém a gente estar sempre com as modas, principalmente se elas não lesam ninguém como é esta das vacas (e dos bois, pelas retromencionadas razões de igualdade...) dado que se não fosse assim já há muito se tinha feito algo e, se não se fez, eles e elas lá sabem porquê (este troço de prosa extenuante foi à Saramago... isto para aqueles e aquelas que de tal se não deram conta, mas se quisesse que fosse à Herberto Helder tinha que me atracar à Annemarie, farejar à volta da gare du Nord, alombar nas forjas de Clabeck, enfiar-lhe umas Estelas geladas pelos gorgomilos e mais isto e aquilo e je ne sais pas qua).

Isto tudo porque há várias maneiras de escrever, havendo que usar de cautelas porque, em áreas de especialidade, não podemos escrever o que a inspiração do momento nos ditar, com pretensas inovações que são piores que bater na avó, acto já por si altamente censurável.

Acresce que, se continuamos a redigir com a aparente desatenção que se conhece, corre-se o risco de os destinatários acreditarem que é assim que se escreve, à semelhança do que aconteceria se o arcebispo de Beja fosse ao Porto e dissesse que era Napoleão: toda a gente acreditava (Mário Henrique Leiria, Novos Contos do Gin).

Há uns largos meses atrás estivemos a elaborar a versão portuguesa do Regimento do Comité das Regiões, no que pusemos o cuidado que o assunto merecia e o dever recomendava. A dita versão foi depois remetida para uma instituição de tutela que meteu a sua colherada conforme a inspiração da ocasião - e, assim, onde estava "regimento" (termo pertencente à nossa tradição jurídica que não havia motivo para apartar) puseram "regulamento interno", seguindo a versão francesa, e onde se lia "comissão eventual" (o que corresponde à nossa terminologia das assembleias e que não deveria ser preterido), a mão desatenta pôs "comissão ad hoc", também decerto na senda do francês que tem perturbado muitas mentes. Ainda mais um exemplo de inobservância da lídima expressão jurídica: onde estava "Às comissões será assinado prazo para", a mesma cabeça leviana, crendo que se tratava de *lapsus calami*, alterou para "Às comissões será fixado um prazo", ou seja, mudou o verbo que estava bem e aditou-lhe, com desacerto, o artigo indefinido um, em relação ao uso e abuso do qual se pode dizer o que o Alexandre O'Neill, salvo erro, dizia do Alçada Baptista - que ele fazia um consumo excessivo de tias. Como se sabe, o artigo indefinido conquistou, na legislação

comunitária em português (por ser a redacção jurídica que me anda a atenuar) um lugar proeminente que tanta indefinição não justificava.

Outras considerações a esmo: em documentação preparada pelo Parlamento Europeu para a conferência Parlamento Europeu/Poder Local da UE (1 a 3 de Outubro de 1996) podíamos ler alguns dislates como este - o Comité das Regiões deve ser composto por “representantes detentores de um mandato”. Não há que falar em detentores mas sim em titulares, sendo de resto inútil o artigo indefinido. Outra coisa que me parece errada: o uso e abuso da palavra “autoridades” na senda do francês “autorités” e do inglês “authorities” - é o que ocorre em relatório para a aludida conferência do PE, onde se lê: “Qualquer cidadão da União goza do direito de ser governado por uma autoridade eleita”. Porque não dizer, por exemplo: “O cidadão da União tem direito a ser governado por órgão eleito”, assim se afastando o “qualquer”, também consumido em excesso, a “autoridade” e o intrometido artigo indefinido.

Neste sentido, aliás, militam diversos preceitos da Constituição Portuguesa, cuja leitura pode não raro ser útil. A propósito do “ter direito a”, não é despidendo passar os olhos pelo texto de Paulo Merea inserto no volume 1 de “A feitura das leis”, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986. Outra ideia que acabou por ganhar força “institucional” é a seguinte: como nos textos jurídicos tudo o que se escreve tem importância, há que manter tudo na tradução dos mesmos - grande ilusão! A prosa jurídica (refiro-me sempre ao texto legal, ao que faz parte de um diploma legal, seja ele directiva ou regulamento) deve ser concisa porque quanto mais se diz maior é o perigo de errar. É o que os nossos mestres romanos, filhos da Loba, queriam recordar com o brocardo “*multa pauca*”.

Vejamos um exemplo em que a concisão foi esquecida - em Acordo com a Turquia publicado no JO L 200 de Agosto de 1996 diz-se que “A prova de que estão satisfeitos os critérios de aplicação de, etc., fornecida mediante apresentação de um documento de prova emitido etc.”. Que frase tão inutilmente complicada! Deveria dizer-se : “O cumprimento dos critérios de aplicação de etc. é provado por documento emitido etc.” assim se resolvendo tudo de forma mais expedita e precisa.

E já agora, para terminar este périplo no (moribundo) Tratado de Maastricht, que não é um modelo por aí além de boa redacção, no seu artigo 8º, onde está “É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro” deve pôr-se “É cidadão da União quem for nacional de um Estado-Membro” ou “São cidadãos da União os nacionais dos Estados-Membros”.

Bruxelas, Setembro de 1996

EM JEITO DE RESPOSTA

Jorge Madeira Mendes
SdT, Comissão Europeia

A propósito do artigo *Rapsódia em Quatro Notas*, publicado por Manuel Silveira n'a *folha* n.º13 (Inverno de 1995):

Comecei por concordar que era efectivamente uma s.o.l. ("situação obviamente lamentável") chamar-se *desempregado de longa duração* a um trabalhador sem emprego há pelo menos um ano, como se ele fosse "indestrutível, qual tecido para vestuário especial ou matéria-prima para pneus". Confesso até que me senti apanhado em falta, lembrando-me das inúmeras vezes em que, no meu trabalho de tradução, escrevera *desempregado de longa duração*. Mea culpa!, que a lei do menor esforço me levava a "alastrar ao desempregado o qualificativo dado a desemprego, sem mais". E logo, diligente e decididamente, adoptei *desempregado de longa data*.

Entretanto, um colega do Luxemburgo fez-me este outro reparo: se o desemprego for de curta duração, deveremos dizer *desempregado de curta data*? Parece-me que com a alteração proposta pelo Manuel Silveira se ganha por um lado, mas, por outro, perde-se. E, sinceramente, não será inglório batalhar contra a expressão *desempregado de longa duração*, que está cada vez mais enraizada?

Passo agora ao n.º 14 d'a *folha* (Primavera/Verão de 1996), numerado, por lapso, novamente como 13:

Um louvor ao Miguel Magalhães por, na sua crónica *Viva o Treze*, citar o "Aurélio". Parece-me de facto um óptimo dicionário (o único onde até hoje encontrei *consultoria* - faço notar que a palavra *consultadoria* jamais foi por mim vista em dicionário algum - e também o único onde até hoje encontrei *entorno*, a melhor tradução de *entourage* e

uma palavra que outrora eu incluía no meu vocabulário mas depois rejeitei com toda a boa-fé porque não constava dos melhores dicionários "portugueses"). A escassa divulgação do "Aurélio", pelo menos nas unidades de tradução da Comissão estabelecidas no Luxemburgo, só poderá explicar-se por uma desconfiança, talvez inconsciente, em relação ao "brasileirismo" - como se o "brasileiro" erudito não fosse pelo menos tão bom como o "português" mais culto. Eu diria que a aversão (relativa, certamente) ao "Aurélio" é irmã da aversão ao acordo ortográfico - só porque alguns espertos da banda de cá não se conformam com ter partido de lá a ideia de uniformizar a ortografia.

Sobre a crónica *Ver e Rever* (no mesmo n.º 14 erroneamente numerado como 13): concordo plenamente com a observação relativa à diferença, muitas vezes descuidada, entre "por cento" e "pontos percentuais"; e também concordo que, "no caso vertente, o uso das pessoas que sabem matemática é o decisivo". Já o exemplo a que o Miguel Magalhães recorre se me afigura pouco ilustrativo - por um lado, demonstra flagrantemente as (péssimas) consequências que uma confusão deste tipo pode originar; por outro, não esclarece adequadamente aquela diferença (alguns colegas confessaram não a ter percebido). Permito-me, portanto, sugerir alguns outros:

- Suponhamos que a inflação desce de 2% para 1%: desce 1 ponto, mas descer de 2 para 1 é descer metade, pelo que a descida é de 50%. Uma descida de 1% a partir do valor 2 inicial significaria $0,01 \times 2 = 0,02$, pelo que a inflação

baixaria de 2% para apenas $(2-0,02)\% = 1,98\%$.

- Suponhamos que o desemprego sobe de 3% para 6%: sobe 3 pontos, mas subir de 3 para 6 é subir em valor igual ao inicial, pelo que a subida é de 100%. Uma subida de 3% a partir do valor 3 inicial significaria $0,03 \times 3 = 0,09$, pelo que o desemprego subiria de 3% para apenas $(3+0,09)\% = 3,09\%$.
- Suponhamos que determinado parâmetro sobe de 50% para 60%: sobe 10 pontos, mas subir 10 a partir de um valor inicial de 50 é subir um quinto, pelo que a subida é de 20%. Uma subida de 10% a partir do valor 50 inicial significaria $0,10 \times 50 = 5$, pelo que o parâmetro subiria de 50% para apenas $(50+5)\% = 55\%$.

Ainda a respeito da crónica *Viva o Treze*: não sei se será assim tão necessário preferir “Direitos do Homem” a “Direitos Humanos”. A segunda expressão parece-me mesmo mais adequada, por diversas razões:

- i) Tem mais concisão;
- ii) Envolve menos polémica para quem legitimamente perfilhe pontos de vista feministas (inteiramente legítimos, aliás);
- iii) Não enferma de ambiguidade quanto ao significado da palavra “humano”: é que “humano” também quer dizer “relativo ao homem” (isto é, à espécie *Homo sapiens*), a primeira acepção que lhe atribui, por exemplo, o Dicionário da Porto Editora; pelo que, ao dizermos “direitos humanos”, não corremos o risco de sermos interpretados como estando a falar de direitos bondosos (caritativos, compassivos, mansinhos), em contraposição a direitos desumanos (isto é, malvados). Se podemos dizer “Direitos do Homem” sem reacar a ambiguidade do termo “Homem” (que seria entendido no sentido de “indivíduo da espécie *Homo sapiens*” e não no sentido

restrito de “exemplar macho dessa espécie”), também podemos entender a expressão “Direitos Humanos” segundo a tal primeira acepção do termo “humano” e não segundo a outra.

Obviamente, nada disto invalida que se continue a utilizar a expressão “direitos do homem” em designações já consagradas, como, por exemplo, a Comissão Europeia dos Direitos do Homem. Não se rejeite é a outra, como se de erro crasso se tratasse.

VER E REVER (8)

Métis ou Vécis?

Miguel Magalhães
Sdt-Comissão

Numa edição do semanário “Expresso” de há uns anos, o jornalista Francisco José Viegas escreveu um artigo em que se entretinha a gozar com algumas pérolas do vocabulário geográfico inserto no “Prontuário Ortográfico” da Editorial Notícias. Citou ele então Cantabrigia, Mogúncia e Oxónia ¹ e eu hoje poderia acrescentar Arvéria, Buquenano, Cálher, Dôvar, Eslévico, Holsácia, Liorne, Métis, Monastério, Norcopinga, Plimude, Salmúrio, Tulono, Vecta ou Vécis e Xetlândia ², deixando ainda por lá algumas para os curiosos pescarem.

É óbvio que não é totalmente idiota dar notícia destes aportuguesamentos, pois suponho que eles existem nesta ou naquela fonte e é útil sabermos do que se trata, se os encontrarmos aqui ou ali. No entanto, idiota seria pensarmos que devemos utilizá-los sistematicamente nas nossas traduções. Também não é muito judicioso indicá-los como o faz o “Prontuário Ortográfico”, misturando na mesma lista nomes geográficos consagrados pelo uso e curiosidades ortográficas como as acima citadas. Adiante...

A lógica de quem defende o aportuguesamento sistemático dos termos estrangeiros assenta em argumentos linguísticos e sociais. Quanto aos primeiros,

denotam normalmente uma vontade de fazer evoluir a língua em autarcia, como se Portugal e a cultura portuguesa fossem isolados ou isoláveis das culturas circundantes. O caso paradigmático é a recusa das letras K, W e Y como estranhas ao nosso alfabeto, posição purista que não toma em consideração os usos, nomeadamente nos outros países de língua portuguesa, e que se pretende agarrar a um exagerado casticismo estranho às nossas tradições ³. Quanto aos argumentos de ordem social, assentam numa visão paternalista do falante: seria necessário aportuguesar para ensinar aqueles que não conhecem línguas estrangeiras a pronunciarem correctamente palavras que, com a sua grafia original, dificilmente conseguiriam pronunciar correctamente. Caricaturando um pouco a propósito dum fenómeno que enche os nossos ecrãs, este género de preocupações poderia mesmo levar alguns a indignarem-se com a grafia de icebergue. Por que não *aissebergue* ou, melhor ainda, *ai-se-bergue*?

A que propósito vem isto?

³ A 33.ª edição do “Prontuário Ortográfico”, editada em 1997, remodelou completamente o seu vocabulário geográfico. Todas as originalidades que eu aponto desapareceram, os nomes das cidades passam a constituir sub-entradas das entradas principais, que são os nomes dos países. O número de originalidades diminuiu drasticamente, os K, W e Y parecem não assustar as autoras da “actualização”. Ainda assim encontrei Liverpool (bem sei que é grafia consagrada em várias obras literárias que evocavam épocas mais lustrosas deste porto da revolução industrial, mas a grafia inglesa é hoje bem mais usual, nesta época de revolução terciária, com a aura popular adquirida a partir dos anos 60 pelos seus cantores pop e a sua equipa de futebol), Serajevo, Baamas, Yerevan (Erevan parece-me melhor, não sei que falta faz ali o “Y”) e Tai-Pei (Taipé parece-me ser um aportuguesamento feliz e muito usual). De qualquer forma, há progresso. Registe-se...

¹ Cambridge, Mainz e Oxford.

² Auvergne, Buchanan, Cagliari, Dover, Schleswig, Holstein (uma curiosidade: Sousa Holstein é o nome duma família portuguesa, cujo mais ilustre membro, D. Pedro de Sousa Holstein, é uma notável personagem do século XIX português, mais conhecida pelo seu título nobiliárquico: Duque de Palmela), Livorno, Metz, Münster, Norrköping, Plymouth, Saumur, Toulon, Wight (ilha) e Shetland.

A propósito de, há uns dias, ter encontrado esta apetitosa pérola na página (*homepage*) do Centro de Informação e Documentação Português do SDT - ver em Pesquisar (*Search*): Países do Mundo; o leitor encontrará várias listas: a que interessa para o caso é a multilingue, produzida pela unidade AGL-3 do SDT):

FR: Liechtenstein
EN: Liechtenstein
DE: Liechtenstein
IT: Liechtenstein
NL: Liechtenstein
DA: Liechtenstein
ES: Liechtenstein
PT: Listenstaine
SV: Liechtenstein
FI: Liechtenstein

Pensei logo: “Ora vejam lá a trabalhadeira que estes portugueses se dispõem a ter só para revelarem ao mundo a sua vernaculidade, a sua orgulhosamente isolada singularidade: dão-se a tal esforço certamente por ser um país de gente isolada do resto do mundo, que não viaja, não emigra, não participa em projectos multinacionais, pois de outro modo não se entenderia tanta abnegação castiçoide...”

E, no entanto, estava enganado: posso garantir-vos que este estranho “orgulhosamente sós” não se deve ao voluntarismo vernaculista de ninguém, mas apenas à estúpida lógica das máquinas. Passo a explicar: a lista “Países do Mundo”, que ostenta o modesto subtítulo “Propostas de designação” (edição em papel: “PT folha de informação Bxl/Lux - Número Especial”. A lista também figura, subdividida por continentes, na mesma já citada página do Centro de Informação e Documentação Português do SDT), resulta do esforço conjunto de vários colegas, entre os quais este vosso servidor, que obviamente, enquanto seres pensantes, pensam diversamente. Uma vez que algumas divergências entre os ditos colegas não

foram, na época devida, sanadas, optou-se por consagrar naquela despreziosa lista as opiniões divergentes. Foi assim que surgiu na página 20 da dita publicação o simpático principado com a designação mui vernácula de “Listenstaine” seguida, após ponto e vírgula, da grafia que todos (assim o espero) usamos: Liechtenstein.

Simplesmente o Homem põe e a máquina dispõe (por ordem de algum homem ou alguma mulher): quando alguém resolveu carregar as designações nas diversas línguas, esse alguém resolveu lá espetar a originalidade portuguesa, provavelmente porque figurava em primeiro lugar. Será que alguém, o mesmo ou outro alguém, nos pode valer?

É que a originalidade, no caso desta lista multilingue, talvez não seja de louvar.

Nota final: Para não julgarem que sofro de rancor anti-vernáculo, aconselho vivamente um excelente artigo do nosso colega Luis González (*puntoycoma*, boletim da tradução espanhola da Comissão, n.º 48, Outubro/Novembro de 1997), intitulado *De “bilidades”*, no qual ele defende uma posição activa de criação de neologismos na sua língua, para evitar a invasão de neologismos ingleses. Os pontos de vista expressos no artigo são quase integralmente aplicáveis à língua portuguesa.

Nomes dos países... outra vez!

Paulo Correia
Antena SdT, Comissão Europeia

Gostaria de pôr à consideração algumas actualizações/modificações da lista de países, edição 1994 de “**Países do Mundo**”¹.

“**Países do Mundo**” pode agora ser consultada na **Internet**². Para além da lista geral dos países, num formato partilhado com a unidade AGL/3 (Terminologia e Apoio Linguístico), foram igualmente incluídas fichas individuais por país, com informações complementares, listas noutras línguas, uma rubrica com polémicas, opiniões e informação, assim como alguns endereços úteis na Internet.

A - País que muda de nome (... e outro que muda por tabela)

- Congo(s)

Com a saída de cena, em 1997, de Mobutu e do seu regime, temos uma situação que não é propriamente nova. Voltamos à situação de 1960, aquando das independências dos Congos belga e francês, que passaram a designar-se, respectivamente, **República Democrática do Congo** e **República do Congo**. Como é que na época se resolveu o problema?

Congo Belga > *Congo-Kinshasa ou Congo*

Congo Francês > *Congo-Brazzaville ou República do Congo*

Entretanto, o Congo(-Kinshasa) passou a **Zaire**, o que permitiu que o Congo-Brazzaville passasse a ser conhecido simplesmente por **Congo**.

E agora?

Congo-Kinshasa ou Congo > *Zaire* > ?

Congo-Brazzaville ou República do Congo > *Congo* > ?

Soluções do género Congo-Zaire, ex-Zaire ou Congo ex-Zaire parecem necessariamente transitórias, embora a primeira apareça com relativa frequência na imprensa. Por outro lado, o nome Congo usado isoladamente, no início sinónimo de Congo-Kinshasa, passou posteriormente a ser sinónimo de Congo-Brazzaville. Usar novamente Congo para o país maior (solução utilizada, por exemplo, no caso das três Guiné - só Guiné em vez de Guiné-Conacri) seria possivelmente uma fonte de mal-entendidos.

Parece-me, assim, que a solução mais razoável, por enquanto, é voltar à formulação:

Congo-Kinshasa

Congo-Brazzaville

Ficaremos, no entanto, atentos ao que o uso possa vir a ditar.

B - Países que, não mudando de nome, pretendem ver o seu nome alterado nas outras línguas

Suponho que será unânime a rejeição de tentativas de ingerência na língua portuguesa por parte de autoridades de outros países no que se refere aos respectivos nomes. Partindo desse pressuposto, vejamos novamente o que se passa com a Costa do Marfim, a Bielorrússia, a Moldávia e a Birmânia.

- Costa do Marfim

Aparentemente por motivos relacionados com a ordenação alfabética da Costa do Marfim

¹ PT folha de informação Bx1/Lux - número especial, Bruxelas, Julho de 1994

²

<http://europa.eu.int/en/comm/sdt/bulletins/folha/paises/paises.htm>

(sob o C de Côte d'Ivoire ou sob o I de Ivory Coast), as autoridades costa-marfinenses solicitaram que o seu país, de língua oficial francesa, fosse designado como Côte d'Ivoire em todas as línguas.

Porém, estando a designação Costa do Marfim perfeitamente consagrada em português (aliás, a língua de origem do termo), os motivos invocados não deverão impedir que, em contextos normais, se continue a falar da Costa do Marfim e da República da Costa do Marfim³.

nome corrente: *Costa do Marfim*

nome completo: *República da Costa do Marfim*

• **Bielorrússia; Belarus / Moldávia; Moldova**

Após a dissolução da União Soviética, as autoridades bielorrussas e moldavas manifestaram-se no sentido de as respectivas designações nas línguas oficiais locais passarem a ser adoptadas em todas as línguas. Na lista de 1994, incluíram-se as variantes Belarus para a Bielorrússia e Moldova para a Moldávia.

Propunha aqui um alinhamento com o caso da Costa do Marfim, eliminando-se em contextos **correntes** as designações Belarus e Moldova, tanto mais que se verificou que estas não “pegaram” em Portugal - basta consultar a imprensa portuguesa, que continua a utilizar maioritariamente os nomes portugueses Bielorrússia e Moldávia.

nome corrente: *Bielorrússia*

nome completo: *República da Bielorrússia*

nome corrente: *Moldávia*

nome completo: *República da Moldávia*

³ A designação Côte d'Ivoire ficaria reservada apenas para alguns contextos internacionais muito particulares (por exemplo, ONU)

• **Mianmar; Myanmar**

A Birmânia já se chamava Myanmar em birmanês, antes de as autoridades birmanesas se manifestarem pela mudança do nome do seu país nas outras línguas.

Propunha que, alinhando também pelo caso da Costa do Marfim, em contextos **correntes**, se voltasse à designação Birmânia, que continua, aliás, a ser utilizada em muitas fontes portuguesas, abandonando, assim, por redundante, Myanmar e qualquer tentativa de seu aportuguesamento.

nome corrente: *Birmânia*

nome completo: *União Birmanesa*

• **...Ceilão e Formosa**

Valerá a pena reabrir estas questões? Aqui parece que também não houve mudança de nome. Somente que o uso já consagrou em Portugal e noutras línguas Sri Lanka (Sri Lanka) e Taiwan.

Comentários e sugestões deverão ser enviados para:

Paulo.Correia@portugal.dg10-bur.cec.be



CIBERDÚVIDAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Isabel Almeida
Sdt-Comissão

Como já todos provavelmente sabem, o Ciberdúvidas é um sítio (*site*) da Internet com funções de consultório linguístico em linha (*on line*), consagrado ao melhoramento do uso da língua portuguesa.

Julgamos interessante passar a incluir, em cada número d'*a folha*, algumas das respostas às dúvidas aí colocadas que sejam susceptíveis de assaltar também o espírito dos tradutores em momentos de maior insegurança.

As páginas do Ciberdúvidas podem ser consultadas na intranet do Sdt-Comissão Europeia (<http://www.cc.cec/SDT/cidbxl/pt/termi/ciber.htm>) ou no endereço externo <http://www.ciberduvidas.com>.

Tema

Apesar do

Pergunta/Resposta

É pertinente estabelecer uma diferença entre «Apesar de o pai dela querer ir à praia, foram à piscina» e «Apesar do nevão, foram passear»?

Isabel Mota
Portugal

1. Escreve-se **apesar do, da, das, dos**, quando a preposição **de** está ligada ao artigo pelo sentido:

- a) Ela gosta do marido, apesar **dos** defeitos dele.
- b) Foi a casa dela a pé apesar **da** enorme distância.

2. Escreve-se **de o, de a, de os, de as**, quando a preposição **de** não está ligada pelo sentido ao artigo, mas a uma forma verbal infinitiva que venha à frente:

- c) O facto **de** o meu amigo **ser** boa pessoa não quer dizer que...
- d) O facto **de** as casas **serem** de tijolo torna-as de mais fácil construção.

Na frase c), a preposição **de** liga-se a **ser** (ser boa pessoa) e não a **o** (o meu amigo). Caso semelhante é o da frase d).

3. Este caso de sintaxe não se dá apenas com a expressão **o facto de**, mas com muitas outras. E não se dá apenas com **de + artigo**, mas também com **de + pronome** ou **+ determinante** começados por vogal:

- e) Apesar **de este** director **gostar** de trabalhar...
- f) Segundo a opinião **deste** director, as coisas não são assim.
- g) Antes **de** algumas pessoas **se terem retirado**...
- h) **Dalgumas** pessoas que aqui estão nada tenho que dizer.

J.N.H.

Tema

De um e dum

Pergunta/Resposta

Sou jornalista e gostaria que me explicitassem quando se deve usar "de um" e "dum".

Francisco Salgueiro

Vejam as seguintes frases:

a) "Esta é a opinião **dum** homem sabedor".

b) "O facto **de um** professor errar não quer dizer que seja incompetente".

c) "A intenção **dum** homem nota-se mais nas acções do que nas palavras."

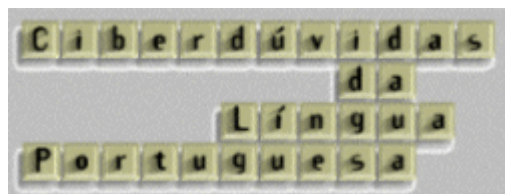
d) "A intenção **de um** homem ser mau nota-se mais nas acções do que nas palavras".

*Na frase a) escrevemos **dum**, porque a preposição **de** está ligada sintacticamente a "um homem sabedor".*

*Na frase b), escrevemos **de um**, porque a preposição **de** se encontra ligada sintacticamente a "errar", um verbo, e não a "um professor". Isto é, "o facto **de** (...) **errar**".*

Semelhantemente nas frases c) e d).

J.N.H.



De o e do

Pergunta/Resposta

Será sempre admissível a contracção da preposição "de" com o artigo definido (ou indefinido)? Por exemplo, poderá escrever-se "a razão do ter convocado..." (em vez de "a razão de o...")?

Filipe de Portugal

Reparemos nas frases seguintes:

a) "A intenção **do** director era outra".

b) "A intenção **de o** director dizer isso era outra."

*Na frase a), a preposição encontra-se, sintacticamente, ligada ao artigo **o**.*

*Na frase b), a preposição encontra-se ligada a dizer: "A intenção **de** (...) dizer."*

*A regra é esta, como se vê: a preposição **de** não se contrai com o artigo, quando ela está ligada não ao artigo, mas a uma palavra que venha mais à frente, depois do artigo. Eis alguns exemplos em que a preposição **de** não se contrai com o artigo:*

c) "Apesar **de os** esforços terem sido..."

d) "O caso **de o** António ser trabalhador..."

e) A forma **de um** jovem progredir é...

*A contracção ou não contracção da preposição **de** dá-se também com pronomes e determinantes:*

f) "Eu saí antes **de ele** falar".

g) "Eu saí antes **dele**."

h) "Apesar **de essas** palavras não agradarem."

i) "Apesar **dessas** palavras, continuo na minha."

j) "Além **de isso** não se concretizar..."

l) "Além **disso**, há outras coisas".

m) "Apesar **de alguém** poder..."

n) "Isto é **dalguém** que esteja aqui?"

Finalmente, a frase apresentada deve-se escrever assim:

*o) "A razão **de o** ter convocado", porque a preposição **de** liga-se a "ter", e não a o.*

J.N.H.

2/12/97

Tema

Tema

Implementação 1**Pergunta/Resposta**

Existe implementação no português europeu?
Será correcto utilizar implementação, uma vez que essa palavra não consta do dicionário que eu consultei.

Anthony Maia de Sá
estudante

Os dicionários portugueses não registam a palavra "implementação", nem o verbo "implementar". Registam a palavra "implemento", que definem como "aquilo que serve para cumprir ou executar alguma coisa; petrechos; aprestos; execução; cumprimento".

O Aurélio, brasileiro, regista "implementar", "implementação", "implemento". "Implementação" é definido como o "acto ou efeito de implementar, enquanto que "implemento" é definido como "aquilo que é indispensável para executar alguma coisa, apresto, petrecho".

Na comunicação social portuguesa e suponho que também na linguagem de todos os dias - é cada vez mais comum o aparecimento da palavra "implementação", como o efeito de "implementar". Se é moda passageira ou se veio para ficar, é coisa que só o tempo o dirá. Pessoalmente, procuraria utilizar a palavra com moderação, quando não fosse possível evitar a sua utilização. Mas acho que ninguém de bom-senso diria que se trata de um erro.

Wilton Fonseca

Tema

Implementação 2**Pergunta/Resposta**

A palavra "implementação" pode ser considerada uma palavra válida da nossa língua? É que ela é uma palavra muito usada nos meios científicos, mas em quase todas as orais de mestrados e doutoramentos os arguentes referem o facto de esta não poder ser considerada uma palavra portuguesa.

Miguel Rio
investigador na Universidade do Minho

*A pergunta já foi respondida por Wilton Fonseca: cf. **Implementação**, in Respostas Anteriores. Como aí se diz, os dicionários portugueses ainda não registam este anglicismo «muito usado» (não será mais muito na moda?) nos meios científicos e não só. Qual o político, o economista, até jornalistas!, que não venham com o "implementar" para a direita e o "implementar" para a esquerda, "implementar" para tudo e "implementar" para nada, significando tudo e significando nada? Até por isso, o problema, chamemos-lhe assim, não está na consagração do vocábulo: ele está mais que consagrado. Até já se "reproduziu" em verbo (implemento, implementas, implementaram...), em substantivo (implementação) ou em adjectivo (implementável). Nada a opor, pois, quanto à sua entrada na língua portuguesa.*

A questão, na minha muito particular opinião, é outra. É uma questão de estética. E de substância, já agora. Já se deu ao trabalho de enumerar as dezenas de variantes que temos, e bem mais expressivas, no nosso idioma? No n/Glossário contamos pelo menos sete...

J.M.C.

Tema**Implementar****Pergunta/Resposta**

Trata-se de um galicismo? Existe sinónimo aceitável em Português corrente?

I. Figueiredo

Portugal

*Como poderá verificar noutras respostas anteriores, trata-se antes de um anglicismo ("to implement"), tão irritante quanto o seu efeito desertificador. Para tudo e para nada, lá vem o **implementar** ao ritmo de uma moda que faz tábua rasa do que já existia no nosso vocabulário, muitas vezes com muito mais propriedade. Políticos, economistas, médicos, professores, arquitectos, engenheiros e, até, jornalistas (classe supostamente vocacionada para se fazer entender de forma clara e precisa...) mais parecem todos eles ligados à mesma ideia única de comunicar coisa nenhuma.*

*Sinónimos, caro consulente? Os que quiser e o contexto justificar: **desenvolver, realizar, introduzir, inaugurar, levar à prática por meio de providências concretas; executar, fazer, complementar; cumprir; fazer algo, apetrechar, tomar, vigorar, proceder; etc., etc., etc.***

José Mário Costa

01/8/97

IMPLEMENTAR

É um anglicismo mal-formado e sem sentido específico em Português. Pode significar tudo: **adoptar, desenvolver, executar, completar, começar, tomar, vigorar**, etc.

in



PRIMADO DA COERÊNCIA

Jorge Madeira Mendes
SdT, Comissão Europeia

Sobre a proposta sujeição da “coerência” a outros critérios, designadamente ao “uso”, aceito com gosto o desafio que o Miguel Magalhães lança no seu artigo *Viva o Treze*, publicado no n.º 14 d'a folha (Primavera/Verão de 1996) - atenção: por lapso, o n.º 14 apareceu numerado como 13.

Em alguns casos (pelo menos naqueles que o autor exemplifica), pode ser mais aceitável o critério “uso”. Ouve-se hoje muito mais *leucémia* (palavra esdrúxula) do que *leucemia* (palavra grave) e mais *alcoholémia* do que *alcoolemia*, para não falar no quase universalizado uso de *púdico* (palavra esdrúxula) em lugar de *pudico* (palavra grave) que os dicionários insistem em apresentar como única forma válida. Trata-se de evoluções fonéticas e/ou gráficas, um fenómeno que, quanto a mim, deveria ser pacífico (lembro-me ainda de minha avó escrever *quási* e de um *Manual de Medicina Doméstica* onde apareciam “Conselhos às Jovens Mães”).

Mas outros casos há em que me recuso terminantemente a falar como se fala, preferindo **falar como se deve**. É o que acontece, sobretudo, com certas “liberdades” no capítulo da sintaxe.

* Jamais uso algum me fará aderir a expressões do tipo “um dos que foi”. O coerente e, por conseguinte, o correcto é “*um dos que foram*” (como se depreende mediante a mais elementar análise sintáctica - a sintaxe é tão-só a função lógica de cada elemento na oração) ou, em alternativa, “*um que foi*”. Na televisão, ouvi já um político chegar ao cúmulo de dizer *eu sou dos que acredita*: com algum esforço, poderia engolir *eu sou dos que*

acredito, pois é compreensível que o sujeito *eu* se revele suficientemente “forte” para condicionar um verbo situado noutra oração; mas a única forma correcta seria *eu sou dos que acredito*.

* Esta bizarra tendência para, sem qualquer lógica, colocar os verbos no singular é também frequentemente ilustrada quando o sujeito é uma percentagem. Por exemplo: *no universo de dois milhões e quinhentos mil habitantes da Grande Lisboa, só 19 por cento faz do banho uma prática diária* [“Expresso”, 21.9.1996]. Ora, uma percentagem não é um conceito abstracto. Quando dizemos *5% dos habitantes*, queremos referir *cinco habitantes por cada cento deles*. Consequentemente, trata-se de um sujeito plural, e o verbo tem, por força, de com ele concordar. Devemos, pois, dizer (e escrever):

Só 19 por cento fazem do banho uma prática diária (na medida em que, no universo de dois milhões e quinhentos mil habitantes da Grande Lisboa, quem faz do banho uma prática diária são 19 habitantes, por cada cento deles);

No mesmo capítulo, a enormidade mais flagrante que já ouvi foi da autoria de um correspondente da RTP na Bósnia: “Esperava-se que entre 50.000 a 150.000 muçulmanos cruzassem a linha divisória para ir votar nas terras de onde foram expulsos, mas apenas 9.000 o fez.” E mais adiante: “Em 150.000 possíveis de atravessar a linha para votar nas terras de onde foram expulsos, apenas 9.000 utilizou essa possibilidade.”

Poderá alguém explicar-me que voltas se dão à lógica para que o número 9.000 represente um singular? “9.000 muçulmanos fez determinada coisa”? Ou “9.000 fizeram”? “9.000 utilizou uma possibilidade”? Ou “9.000 utilizaram a possibilidade”? Imagine-se que eram apenas 2 (dois) os muçulmanos em causa: diria o jornalista que “apenas dois muçulmanos utilizou essa possibilidade”? Diria que “apenas dois muçulmanos o fez”?

- * Fenómeno inverso (será a atracção do abismo?) verifica-se com a expressão “tratam-se de casos”. Quem trata não são os casos. Há um sujeito indeterminado (*se*), que obriga o verbo a ir para a terceira pessoa do singular: Trata-se de casos. Podemos efectivamente dizer *estes casos tratam de temas variados*, pois aqui quem trata são os casos. Mas a construção *tratam-se de*, por muito divulgada que esteja hoje em dia, é uma aberração sintáctica.
- * A nova geração de jornalistas traz das escolas uma excelente (!) preparação. Não raro, fala-se em *territórios sobre administração de tal país*. “Culpabiliza-se” a torto e a direito, como se não bastasse “culpar” ou “inculpar” quem o merecesse (dos seis dicionários de português que tenho à minha disposição, apenas um, o Lello Ilustrado, reconhece a palavra “culpabilizar”, ignorada por todos os restantes). Idem em relação à actualmente muito propalada acção de *direccionar*: estará a ignorância tão enraizada que até o velhíssimo e vulgaríssimo *dirigir* corre risco de extinção? E para quê “receptionar” coisas, se basta recebê-las? Sinceramente, não vejo utilidade nenhuma em se introduzirem palavras complicadas quando existem outras mais simples e bem consagradas.
- * Tampouco me agrada “houveram situações”. Poderá existir alguma lógica

nesta construção, na medida em que o que há - isto é, o que existe - está no plural. Simplesmente, o verbo *haver*, na acepção de *existir*, mantém-se uniformemente na terceira pessoa do singular quando no tempo presente: (*ele*) *há situações*, (*ele*) *há pessoas*. Choca-nos ouvir *hão situações*, *hão pessoas*. Ora, por uma questão de coerência, de sistematização, parece-me de manter a regra para todos os tempos: *houve situações*, *haverá situações*, *teria havido situações*, *há-de haver situações*, *que haja situações*, *houvesse situações* - como, aliás, as gramáticas prescrevem.

- * Em português (também em castelhano e italiano), nem sempre é fácil distinguir entre *por que* (duas palavras) e *porque* (uma palavra). Já em qualquer outra língua, a distinção é bastante evidente:

Por que corresponderá ao inglês *why*, ao alemão *warum*, ao francês *pourquoi*.

Porque corresponderá a *because*, *weil*, *parce que*.

Deve assinalar-se que muitos autores consideram aceitável utilizar, em ambos aqueles casos, uma forma única, que seria *porque* (uma palavra). Mas é completamente inadmissível escrever *razão porque*. Neste outro caso, está a referir-se a razão *pela qual* (ou seja, *por a qual*), devendo, por conseguinte, escrever-se *razão por que*.

- * Mais grave ainda me parece a sistemática confusão entre *onde* e *aonde*. *Onde* designa o lugar em que se está (**Onde** estás? Estou **onde** quero). *Aonde* designa o lugar a que se vai (**Aonde** vais? Vou **aonde** quero). *Para onde* designa o lugar para que se vai (**Para onde** vais? Vou **para onde** quero). *De onde* (ou *donde*, conforme em tempos também se escreveu) designa o lugar de que se vem (**De onde** vens? Venho **de onde** quero).

Expressões como *estar aonde, onde ir, de aonde e para aonde*, que tanta vez se lêem e ouvem, não têm qualquer significado em português. A diferença entre *onde* e *aonde* não é meramente fonética, como entre *levantar* e *alevantar*.

- * Quando estou a fazer uma avaliação ética, prefiro referir *comportamentos desprezíveis*. Mas, se tiver de apreciar a insignificante influência de uns pesos, direi *pesos desprezíveis*. E isto independentemente de andarem em moda factores “desprezíveis”, como se os ditos cometessem actos asquerosos.
- * As aberrações sintácticas, por muito usuais que se tornem, não colherão o meu apoio. Mesmo que as divulguem os homens públicos da nossa praça. Entre estes, vai aliás de vento em popa a moda do *declarar de que*. Pois a todos *declaro que* melhor fariam se se reciclassem em gramática. Por outro lado, quem não conhece a obsessão do primeiro-ministro pelo “tráfego” de droga? Preocupá-lo-á igualmente o “tráfico” rodoviário?
- * Para que não se pense que estou a fazer campanha política, direi que estes pontapés afectam todo o espectro partidário. Até acho incorrecto “rectificar” um acordo apenas porque o Presidente do Governo Regional da Madeira parece desconhecer o significado de “ratificar”.
- * Não se deve dizer “entre 50.000 a 150.000”, mas sim “entre 50.000 e 150.000”. Se está correcta a forma “de X a Y”, deve, por outro lado, dizer-se “entre X e Y”. Simples questão de coerência, novamente, pois nunca se ouviu “entre a vida a morte”.
- * Uma outra construção muito em uso é do tipo *apesar da proporção de respostas ser semelhante*. Forma correcta: *apesar de a proporção de respostas ser semelhante*.

Pretende-se, com efeito, dizer: *apesar de ser semelhante a proporção de respostas*.

Há frases do género *apesar da proporção*. Mas, nestes casos, a ideia acaba ali: quer dizer, *a proporção* não tem influência, e pronto. No exemplo em causa, o que não tem influência não é *a proporção*, e sim o *ela ser semelhante*. Em frases deste tipo, a presença de um verbo no infinitivo (*ser*) serve de alerta quanto à formulação adequada.

Para a minha opção pela primazia do critério “coerência” contribuirá talvez a formação técnica que me prezo de ter. Rigor no pensamento e na sua expressão nunca fez mal a ninguém. E o uso pode ser disciplinado e corrigido pelos entendidos (neste caso, os linguistas, que somos nós). Porque é inadmissível deitar cá para fora frases sem a devida concordância entre os elementos que as compõem.

Falar como se fala é, muito frequentemente, falar à balda.

PROCURA-SE TRADUÇÃO

Susana Gonçalves
SdT, Comissão

A evolução das ciências e tecnologias, bem como da área laboral, proporciona a criação de novos termos ou a alteração de conceitos existentes.

Gostaria, por isso, de provocar um pouco a imaginação dos nossos leitores, pedindo a ajuda para traduzir três termos.

Há uns meses, encontrei dois artigos sobre biotecnologia no teletexto da BBC (Ceefax), reproduzidos, mais tarde, em periódicos diversos:

en: CAMA = CAMEL + LLAMA

Segundo as notícias, cientistas em Dubai, Emirados Árabes Unidos, conseguiram manipular os genes de um camelo (**camel**) e do seu primo andino, o lama (**llama**). O produto final, a quem foi dado o nome de Rama, é um animal com as orelhas pequenas e a cauda do camelo, mas sem a bossa, e com o casco biungulado do lama. Este cruzamento genético pretende combinar as melhores características dos dois animais: a qualidade do pêlo do lama num animal do tamanho do camelo.

Embora pertencendo à família dos Camelídeos e ao género *Lama*, o lama (*Lama glama*), a alpaca (*Lama pacos*), o guanaco (*Lama guanicoe*) e a vicunha (*Lama vicugna*) são espécies diferentes, o que poderá reduzir um pouco as alternativas de tradução. Cabe aos cientistas pronunciarem-se sobre este caso de géneros e espécies.

**en: PHARMING =
PHARMACEUTICAL + FARMING**

A produção de substâncias farmacêuticas activas a partir de animais ou plantas geneticamente alterados (transgénicos), isto é, que contêm genes de outros organismos, combina os termos *pharmaceutical* e *farming*. As secreções desses animais, como o touro Hermann, permitem obter proteínas humanas, que são utilizadas como medicamentos.

Possibilidades: *farmacuária* ou *medicuária*??

No mesmo domínio, temos ainda os termos *pharm products*, *biofactory* em relação aos animais transgénicos e *biopharming* para designar o processo.

Na área laboral, temos empresas que se dedicam a um novo tipo de serviços, que, em princípio, não deve ser confundido com os serviços das agências que fornecem contratos de trabalho temporário.

fr: PORTAGE SALARIAL

O trabalhador pode “vender” directamente as suas competências às empresas mas não dispõe de estruturas para tratar de assuntos como redacção de contratos, cobrança de salários, reembolso das despesas, pagamento dos encargos sociais, etc.

Para isso, o trabalhador recorre à empresa de “portage salarial”, um intermediário, que, para além de assegurar toda essa gestão administrativa e jurídica, paga o salário ao trabalhador.

Os clientes dessas empresas são jovens licenciados à procura do primeiro emprego, independentes, aqueles que procuram actividades complementares, os que desejam reduzir a sua actividade antes da reforma, etc., que não pretendem adquirir o estatuto de independente com todos os riscos sociais e financeiros inerentes.

EURODICAUTOM

ESTATÍSTICAS 1997

Susana Gonçalves
SdT, Comissão

Conteúdo da base:

Cerca de 1.187.106 fichas. Esse total inclui 252.254 fichas-abreviaturas, além de 339.362 fichas com português (323.031 termos/expressões e 16.331 abreviaturas).

O francês domina em matéria de números de fichas (883.280), seguido de perto pelo inglês (850.105). Depois, por ordem decrescente, o alemão, o neerlandês, o italiano, o dinamarquês, o espanhol, o grego, o português, o finlandês (mais de 130.000 fichas), o sueco (cerca de 70.000) e o latim (13.027 fichas).

Domínios:

O domínio mais completo é o da medicina, que contém quase 120.000 entradas; o direito e a agricultura ultrapassam as 80.000 fichas. Os sectores das telecomunicações e informática e dos transportes têm mais de 60.000 entradas enquanto os domínios da União Europeia e da administração quase atingem esse número.

Consolidação das fichas existentes/ novas introduções:

494.679 movimentos, entre novas entradas, supressões ou alterações.

120.000 novas fichas introduzidas em determinadas línguas.

Até ao final de 1998, cerca de um quarto do conteúdo do Eurodicautom será revisto (supressão de fichas duplas, introdução de definições e conceitos, etc.), nomeadamente em sete domínios prioritários: economia/finanças, telecomunicações, electrotécnica, ambiente, transportes aéreos, estatísticas e medicina). Esse trabalho incidirá sobre 145.000 documentos, nos quais serão

introduzidos 16.800 novos conceitos e 20.400 novas definições.

Estão em curso outras operações de consolidação nos domínios jurídico e dos transportes públicos e marítimos.

O sistema de classificação foi revisto e alterado, de forma a incluir novos temas tecnológicos e científicos.

Fusão de bases:

A nível interno é possível ter acesso simultâneo à consulta de três bases: Eurodicautom (Comissão), TIS (base do Conselho) e EUTERPE (base do Parlamento). Esta possibilidade não está disponível na versão Web externa do Eurodicautom.

Versão Web:

O Eurodicautom está acessível em formato Web na Comissão (<http://www.cc.cec/eurod/support/presentationfr.html>) e no exterior (<http://www2.echo.lu/edic>). O utilizador tem dois níveis de interrogação, um básico e outro mais avançado que lhe permite a definição de parâmetros de consulta mais complexos.

Consultas:

871.508 acessos Internet

Pesquisas internas: 300.000 sessões de consulta com 1.700.000 perguntas.



BASES MULTITERM DAS UNIDADES DE TRADUÇÃO E DO CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE BRUXELAS

- PONTO DA SITUAÇÃO -

**Grupo de Terminologia
Sdt-Comissão Bruxelas**

A aplicação Multiterm é utilizada pelo Serviço de Tradução da Comissão para a recolha de terminologia a nível das unidades de tradução. É uma base interna alimentada pelos tradutores da Comissão, estando o seu acesso limitado a esses mesmos tradutores.

As bases Multiterm das diferentes unidades de tradução contêm já uma quantidade apreciável de dados para bases deste tipo (no conjunto, cerca de 7 000 fichas). Apesar da estrutura temática do Serviço de Tradução, o nosso trabalho é frequentemente interdisciplinar, dado que a distribuição é feita sobretudo em termos de Direcções-Gerais e não do conteúdo dos textos a traduzir.

O EURODICAUTOM será, naturalmente, a base por excelência e o CELEX e o SDTvista são instrumentos importantes para a pesquisa de ocorrências anteriores, mas as bases Multiterm das unidades têm também um papel importante a desempenhar, dado poderem constituir um meio de comunicação rápido e eficaz entre os tradutores (dentro de cada unidade ou entre unidades), ao nível da terminologia, de forma a rentabilizar a pesquisa, muitas vezes demorada e exaustiva, efectuada anteriormente por outros colegas, evitando assim que se desperdice tempo a “redescobrir a roda”.

Reconhecendo esta necessidade de optimização dos recursos, ficou acordado na reunião de 12 de Novembro de 1997 do Grupo de Terminologia do SdT/Bruxelas, que inclui os Correspondentes de Terminologia das Unidades de Tradução portuguesas, a coordenadora linguística e a linguista de ligação, criar uma base Multiterm conjunta, facilitando assim a consulta de todas as bases em simultâneo através de uma única pesquisa (em vez de 6 pesquisas em 6 bases).

Esta base conjunta será actualizada mensalmente e apenas permite a consulta em modo de leitura. Para consultar a base, seleccionar *Open Database*, directório *j:\ag101 (drive j:atlas:/mlt)* e ficheiro *ptall.mtw*. É também possível criar um ícone para acesso mais rápido. É, além disso, possível ter 4 bases de dados Multiterm abertas em simultâneo.

Neste contexto, os dados a seguir apresentados constituem uma síntese das informações fornecidas pelos Correspondentes de Terminologia das Unidades A9 (Ana Paula Natscheradetz), B9 (José Relvas), C9 (Maria Fortunato de Almeida), D9 (Ana Rita Viana) e E9 (Teresa Soares e Maria José Machado) e pelo Centro de Informação e Documentação Português (Susana Gonçalves).

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS BASES
DISPONÍVEIS NO SERVIDOR J:\ATLAS\MLT**

	A9	B9	C9	D9	E9	CID-PT
Base	a09.mtw	b09.mtw	c09.mtw	d09.mtw	e09.mtw	cidpt.mtw
Nº de fichas	815	439	1 322	1026	574	3 119
Ficha individual ou colectiva da Unidade (“tribuna do termo”)	Individual	Individual	Individual	Individual	Colectiva	Individual
Códigos de fiabilidade	Não	Não	Não	Não	1 a 5	Não

Salientámos alguns aspectos neste quadro, a fim de dar uma imagem global destas bases. Na generalidade, as bases das unidades de tradução resultam de uma recolha de terminologia que é feita a partir de trabalhos de tradução específicos, com carácter pontual ou sistematizado, no momento ou retrospectivamente. A recolha de terminologia do CID-PT baseia-se, pelo contrário, em documentação de vários tipos recebida na Biblioteca, a partir da qual é extraída terminologia.

Dado o facto de estas bases terem sido concebidas para funcionamento interno dentro de cada unidade, os critérios de introdução e validação de dados variam bastante, desde a ficha “lembrete” do tradutor até fichas validadas ao nível da unidade. Pensámos, por isso, que seria útil fazer uma apresentação sucinta de cada uma das bases, a fim de podermos interpretar correctamente os dados nelas contidos.

As fichas estão identificadas, no campo “*Created by*”, com o *login* da pessoa que criou a ficha (este campo não é visível quando se abre a base, sendo necessário definir o *Layout* no menu *View*).

BASE DO CID-PT**Critérios e perspectivas futuras**

Recolha de terminologia em periódicos e livros. Optou-se por fazer primeiro uma recolha de dados e proceder, numa segunda fase, à respectiva validação e eliminação de duplos e/ou de fichas já existentes no Eurodicautom. Na sequência dessa consolidação, algumas das fichas serão enviadas ao Eurodicautom.

Regras para introdução de dados

Princípios gerais de preenchimento de fichas bibliográficas, incluindo sempre as fontes e, sempre que possível, uma definição ou contexto. Para mais pormenores consultar, na SDTnet, as páginas Multiterm no endereço: <http://www.cc.cec/SDT/cidbxl/pt/pc/multiter/mltindex.htm>.

Susana Gonçalves

BASE DA UNIDADE A9**Critérios gerais**

O Multiterm funciona fundamentalmente como uma base local. Não há ‘diktats’ metodológicos, imperando como única regra o bom senso dos tradutores. Não há ‘códigos de fiabilidade’, pois pretende-se tornar a base convivial e evitar burocratizar a sua utilização. Todos os tradutores são, em princípio, pessoas capazes e, no caso de dúvidas, é feita uma consulta breve aos revisores ou outras fontes (eventualmente colegas de outras instituições como o Conselho, o Tribunal de Justiça, etc.). A base não é uma “caixa de sapatos”, mas o objectivo é que a inserção de fichas seja a menos complicada possível.

Critérios para introdução de dados

Foi acordado numa reunião de grupo um conjunto de regras mínimas de inserção de fichas no Multiterm:

- Preencher os campos obrigatórios de forma o mais uniforme possível;
- Ninguém altera a ficha de ninguém (salvo casos de erro notório);
- Na medida do possível a ficha deve ser inserida no singular;
- Evitar os artigos;
- Não esquecer de preencher o campo ‘Referência’ de forma completa, sendo incentivados os comentários pessoais.

Apenas os tradutores introduzem fichas no Multiterm, embora já tivesse sido discutida a possibilidade de as colegas do secretariado poderem igualmente intervir.

Colecções

- Audiovisual (recolha feita por Isabel Almeida e Susana Gonçalves)
- Recursos próprios (recolha feita por Manuela Veiga, Maria José Mendes e Ana Reis)
- Acordo GATT (OMC) (recolha feita por Fernando Pereira)
- Regulamento Financeiro (recolha feita por Cristina Coelho Lopes e Manuela Veiga)
- Um conjunto de termos jurídicos avulsos (recolha feita por Fernando Pereira)

Adesão

A adesão ao Multiterm não é generalizada: há colegas que a ela recorrem com mais frequência do que outros; alguns nunca a consultam, enquanto outros introduzem fichas, consultam, etc. Pode-se afirmar que a base é utilizada de forma moderada.

Avaliação global

A avaliação global do Multiterm é mitigada. Sendo o Grupo A fundamentalmente 'generalista', a recolha de terminologia nova e específica merecedora de entrar na base não se impõe com tanta acuidade como porventura noutras unidades. O recurso a 'ferramentas' que se têm revelado mais interessantes, completas e actualizadas (SDTVista, Celex), arreda actualmente o Multiterm para uma posição de menor destaque. O Grupo A considera-o uma base local e como tal a utiliza, de acordo, aliás, com os objectivos iniciais para que foi criado. Quanto ao futuro, vamos esperar para ver...

Ana Paula Natscheradetz

BASE DA UNIDADE B9

Critérios gerais

Recolha efectuada pelos tradutores, com base na resolução de problemas terminológicos que surjam no seu trabalho, sendo os termos introduzidos pelos próprios tradutores. Paralelamente, a base tem sido alimentada através de uma recolha sistemática de terminologia em alguns textos legislativos fundamentais, nomeadamente a nível da regulamentação do sector financeiro.

Critérios para introdução dos dados

Na prática, os tradutores só terão de preencher, para todas as fichas, os campos de preenchimento obrigatório (documento-fonte e termo). São, no entanto, incentivados a introduzir outros dados, como referências, definições, contextos.

Validação

Procedeu-se a uma validação sistemática dos termos provenientes da legislação comunitária. Em relação aos termos introduzidos “avulso”, não é feita uma validação sistemática, estando prevista uma validação periódica global com vista à exportação para o EURODICAUTOM. Não são actualmente utilizados códigos de fiabilidade.

Avaliação

A base da unidade é relativamente recente e o volume de informação armazenada não atingiu ainda a “massa crítica” que incentive uma consulta regular e generalizada. A filosofia da unidade é que se trata de um instrumento extremamente útil, dotado de grandes potencialidades e que facilita o intercâmbio de informações entre os tradutores da unidade e a partir de agora, com a base global, também entre as unidades.

José Relvas

BASE DA UNIDADE C9

Crítérios gerais

A recolha é feita individualmente, por vezes de forma sistematizada após a tradução de um documento (caso das colecções sobre queijos, saneamento, etc.).

As regras de utilização dizem principalmente respeito a aspectos formais e à indicação das referências. A alimentação é feita por quase todos os tradutores da unidade.

Validação

A validação é feita directamente pela correspondente de terminologia, que corrige os erros de dactilografia, maiúsculas indevidamente utilizadas, repetições, etc.

Principais colecções

<ul style="list-style-type: none">- Agricultura- Aquicultura- Economia- Comissões e Subcomissões do Comité das Regiões- Indústria alimentar- Pesca

<ul style="list-style-type: none">- Queijos- Política Regional- Saneamento- Termos jurídicos- Vinificação- Silvicultura
--

Maria Fortunato de Almeida

BASE DA UNIDADE D9**Critérios**

Não existem quaisquer orientações para além de que se trata de uma base de dados local, da unidade, que se pretende de uso e acesso fáceis. Existem regras de utilização muito simples, respeitantes a aspectos formais (ex: utilização apenas de minúsculas mesmo no início da palavra, estando o uso de maiúsculas confinado a siglas, substantivos em alemão, etc., isto é, quando são imprescindíveis; utilização de “xxx” quando não se possui a referência da fonte, etc.). O facto de um termo já existir no Eurodicautom não impede que seja introduzido na nossa base, dado que muitas vezes existem várias possibilidades no Eurodicautom e só uma é válida para os contextos em que o termo em questão é utilizado no grupo.

Não existe qualquer recolha sistematizada de terminologia. Cada tradutor introduz os termos que lhe aprazem, *au fur et à mesure* das suas necessidades.

As fichas são introduzidas pelos tradutores. Fez-se uma experiência com uma estagiária, que deveria recolher e introduzir terminologia a partir de um documento importante (se não me engano, a Convenção de Lomé ou um regulamento relacionado com esta), mas os resultados foram extremamente negativos.

Validação

Não existe qualquer processo de validação.

Adesão

A adesão não é muito grande. Penso que a adesão deve rondar 1/3 dos tradutores. De qualquer forma, estou convencida de que, quem consulta, introduz, e vice-versa.

Avaliação global

Para mim, o interesse de que a base se reveste prende-se com a sua simplicidade e com o facto de, precisamente, não existirem quaisquer critérios rigorosos de introdução de terminologia nem processos de validação nem quaisquer outras “burocracias”. Para que a base venha a tornar-se mais útil no futuro, penso que os correspondentes da Multiterm (contra mim falo, pois penso que talvez a minha acção não tenha sido muito convincente nem suficiente), poderiam talvez promover a base no interior da sua unidade, fazendo acções de formação dos tradutores que não a utilizam porque se esqueceram de como utilizá-la, tentando sensibilizá-los para a sua utilidade.

Ana Rita Viana

BASE DA UNIDADE E9**Crítérios para introdução de dados:**

Ficha colectiva, o que significa que todos os tradutores da unidade podem acrescentar dados ou comentários pessoais em todas as fichas da base, identificando-os com as iniciais do seu nome. Cada ficha pode, desta forma, constituir uma “tribuna” para debate e síntese dos problemas relativos a esse termo.

Não criar fichas de termos já existentes no EURODICAUTOM (incluindo as bases do Conselho e Parlamento Europeu), a não ser que se tenha algo a acrescentar, corrigir, esclarecer, sistematizar ou actualizar, que se trate de uma colecção em que interessa registar uma terminologia completa e coesa, ou que se pretenda harmonizar terminologia.

Subordinação da ficha às necessidades específicas do nosso trabalho de tradução, mas satisfazendo, na medida do possível, os critérios “ideais” de recolha de terminologia (ou seja, incluindo sempre a fonte do termo e da tradução e, se possível, a definição ou o contexto). As notas ou comentários pessoais são também muito úteis.

Espera-se que os dados sejam normalmente introduzidos pelos tradutores, embora o secretariado também colabore, principalmente no que diz respeito às colecções e a uma eventual recolha retrospectiva de terminologia.

Códigos de fiabilidade -Validação

Considerámos que seria importante indicar, de alguma forma, qual o grau de fiabilidade das fichas, a fim de não perder informações que, embora nalguns casos não devidamente fundamentadas, poderão ser úteis a outro colega. Utilizamos assim a *entry class* (que é, na realidade, uma definição de privilégios de leitura e escrita) como código de fiabilidade, com o seguinte significado:

Classe 1 - Termo introduzido “à pressa”, quando não se tem tempo/disponibilidade para redigir uma ficha mais pormenorizada;

Classe 2 - Termo que necessita de maior estudo. Esta classe convida especialmente os colegas a contribuírem com a sua experiência e conhecimentos.

Classe 3 - Termo relativamente ao qual o tradutor considera ter efectuado uma pesquisa adequada, não tendo, todavia, chegado a uma conclusão que considere incontroversa.

Classe 4 - Termo com elevado grau de fiabilidade, tratado preferencialmente por um tradutor especializado nesse domínio, que considera ter efectuado uma pesquisa adequada e ter chegado a uma conclusão fiável e não controversa.

Classe 5 - Termo objectivamente validado dentro de cada domínio ou objecto de uma posição comum da unidade nos casos “problemáticos” (em estudo).

Colecções (“project”)

Para além dos termos “avulso”, está a ser introduzida terminologia sistematizada nos seguintes domínios:

- **Produtos de construção** (alimentação em curso)
- **Serviços postais** (recolha de terminologia efectuada por um perito português da DG XIII, José Luís Saramago, que a disponibilizou para introdução na base de dados da unidade (alimentação em curso))
- **5º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico**

Adesão e avaliação global

É ainda muito cedo para termos uma ideia da adesão dos colegas da Unidade, dado que apenas começámos a utilizar o Multiterm há 3 meses (Dezembro de 1997). Parece-nos, todavia, de interesse investir nesta base, a fim de permitir uma análise dos termos, de forma sistematizada, e com uma chamada de atenção para eventuais problemas terminológicos. A exportação de termos validados para o EURODICAUTOM será uma sequência lógica deste processo.

Maria José Machado e Teresa Soares

<http://www.cc.cec/SDT/cidbxl/pt/index.htm> (Sdtnet - intranet)

<http://europa.eu.int/en/comm/sdt/bulletins/folha/index.htm> (Europa - internet)

Colaboraram neste número: Isabel Almeida, Paulo Correia, Susana Gonçalves, Jorge Madeira Mendes, Miguel Magalhães, Luís Filipe Sabino e o Grupo de Terminologia do SdT-Bruxelas.

Paginação: Susana Gonçalves

Coordenação: Jorge Madeira Mendes

Conselho editorial: Susana Gonçalves, Jorge Madeira Mendes

Endereços para envio de colaborações: Jorge Madeira Mendes (e-mail: "Jorge Madeira.Mendes"@sdt.cec.be), Susana Gonçalves (e-mail: susana.goncalves@sdt.cec.be)

Os artigos incluídos neste boletim são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.